

“O ‘Caso Mão Branca’ na imprensa do Rio de Janeiro: narrativa jornalística, ficção e o fluxo do sensacional”¹

Ana Lucia S. Enne² (UFF)

Betina Peppe Diniz³ (UFF)

Resumo

Neste artigo, apresentamos reflexões preliminares acerca do ‘caso Mão Branca’, que, no início dos anos 80, foi manchete, durante meses, nos principais jornais do Rio de Janeiro. Inicialmente, realizamos um sintético levantamento histórico do processo de transição da imprensa carioca nos anos 70 e 80, para a seguir propor, através do caso escolhido, um debate acerca do universo narrativo do jornalismo, em especial o sensacionalista, em suas relações com o campo da ficção.

Palavras-chave: jornalismo; narrativa; Mão Branca; sensacionalismo.

Artigo:

Quando a figura do “misterioso justiceiro” ‘Mão Branca’ começou a aparecer nas páginas da *Última Hora*, em janeiro de 1980, a imprensa carioca estava atravessando uma longa fase de transição. Antes de falarmos especificamente sobre a controversa figura de ‘Mão Branca’ e sua configuração narrativa, propondo algumas reflexões preliminares sobre jornalismo e sua relação com os universos do mito e da ficção, bem como sobre o gênero sensacionalista, gostaríamos de abordar exatamente o processo histórico atravessado pela

¹ Trabalho apresentado ao NP – 02 Jornalismo.

² Graduada em Comunicação Social pela PUC/RJ, Mestre e Doutora em Antropologia Social pelo PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, bolsista recém-doutora pelo PRODOC/CAPES no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense/UFF, onde coordena o Laboratório de Mídia e Identidade (LAMI).

³ Graduada em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense/UFF e bolsista de Iniciação Científica pelo CNPq no Laboratório de Mídia e Identidade (LAMI).

imprensa do Rio de Janeiro, de forma a contextualizar o cenário no qual tal configuração se dará.⁴

1 – Contexto histórico da imprensa carioca nos anos 70 e 80

Como vêm apontando diversos autores, como Ana Paula Goulart Ribeiro (2000) e Alzira Alves de Abreu (2002), a imprensa carioca foi marcada, nos anos 70 e 80, por sinais de ruptura e continuidade para com o período antecedente, especificamente os “míticos” anos 50, apontados, para muitos, como o momento histórico da modernização da imprensa do Rio de Janeiro e sua entrada definitiva no modelo industrial que caracterizaria o jornalismo norte-americano, de quem o brasileiro iria buscar técnicas e padrões.

Não nos cabe, aqui neste artigo, problematizar tais construções acerca da memória da imprensa no Rio de Janeiro. Diversos outros autores já o fizeram, como as que citamos acima. O que nos interessa, principalmente em função do espaço que possuímos, é apontar as principais características da imprensa carioca nas décadas de 70 e 80, suas relações com o contexto social, político e econômico da sociedade brasileira do mesmo período e, principalmente, que consequência isso trará para o objeto de nosso estudo, a Baixada Fluminense.

Começamos pelas características da imprensa que se praticava nos anos 70 e 80. Tecnicamente, o período será marcado por uma transição entre modelos de impressão mais arcaicos para uma fase de informatização das redações e das gráficas, com a introdução dos computadores nas redações, a digitalização progressiva da diagramação, o aumento do uso das cores e dos recursos gráficos nas edições, a melhoria da qualidade do papel e da impressão, acentuando um processo em curso desde o início do século XX, que é a transformação do jornal em produto atraente e comercializável, capaz de seduzir e

⁴ O trabalho que agora apresentamos faz parte de um esforço de maior porte que estamos empreendendo no **Laboratório de Mídia e Identidade – LAMI**, sediado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense – PPGCOM/UFF, acerca das imagens que a imprensa carioca vem construindo, ao longo dos últimos cinquenta anos, sobre a região da Baixada Fluminense, zona metropolitana situada na periferia da cidade do Rio de Janeiro. Uma versão desse artigo foi apresentada pelas autoras, em abril de 2005, no III Encontro da Rede Alfredo de Carvalho. O subprojeto “Imagens da Baixada na Imprensa Fluminense” faz parte do projeto “Mídia e Exclusão Social: um olhar etnográfico”, que vem sendo empreendido com dotação da CAPES, através do PRODOC, e da FAPERJ, através de recursos do edital Primeiros Projetos. Para saber mais, ver <http://www.uff.br/lami>. Ver também ENNE (2002 e 2003).

satisfazer o leitor/cliente. Da mesma forma, o período será marcado também pela concentração cada vez maior dos jornais cariocas na mão de um pequeno número de empresários, com uma diminuição considerável em termos de ofertas de títulos dos anos 50 para os 90.

Assim, se os anos 80, especialmente, são considerados um marco em termos de transformação tecnológica do fazer imprensa no Brasil, pensando, obviamente, nos grandes jornais, isso se dará de forma ambígua, pois se, por um lado, a nova forma estética e a nova rotina de produção deste jornalismo, sobre o qual falaremos adiante, serão percebidas como ruptura com a fase anterior, em uma inauguração de um “novo jornalismo”, de outro, tal marco deve ser entendido como uma extensão, claramente acentuada, de um movimento de modernização que estava em curso há pelo menos oitenta anos.

Considerando isso, voltemos ao ponto fundamental: os anos 80 irão assistir a uma transformação acentuada nas formas de produção da imprensa carioca, não só em termos formais, como em termos de conteúdo e também quanto ao fazer jornalístico. Para explicarmos tal ponto, no entanto, precisamos pensar o contexto histórico no qual o jornalismo dos anos 70, com o qual os anos 80 irão de certa forma dialogar, estava sendo gestado.

Na década de 70, vigorava no país o regime militar e o conteúdo veiculado na imprensa era rigorosamente controlado pelo governo. Até a década de 50, o discurso jornalístico era claramente marcado pelo partidarismo, posicionamento político e ideológico e as redações eram espaço também de intelectuais de prestígio. Com o advento da ditadura militar, em 1964, e especialmente após a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) em 1968, que acentuou a censura, o distanciamento das questões políticas tornou-se inevitável. A ideologia, antes tão presente nas linhas das publicações, deu espaço aos interesses comerciais dos donos de jornais. O jornalismo literário e político - que já vinha sofrendo modificações desde os anos 50 - foi substituído por um conteúdo que não oferecia riscos de discordâncias com o governo. E a linguagem, que antes privilegiava a opinião e o comentário, deveria ser objetiva e neutra, como no modelo norte-americano.

Segundo Alzira de Abreu, que nos servirá de referência principal nesta parte do trabalho, a grande imprensa foi um setor de peso no apoio à deposição do presidente João Goulart e instauração do regime militar no Brasil (ABREU, 2002). Os donos dos principais

jornais da época, assim como os veículos de suas propriedades, ecoavam o discurso do liberalismo, diziam não às restrições ao capital estrangeiro e estatização da economia e temiam a ameaça comunista. O que não imaginavam é que, pouco após a implementação do novo governo, começaria um período de caça aos opositores, e a imprensa seria severamente censurada. O espaço de jornais e revistas começou a ser ocupado por poemas, figuras e receitas culinárias como uma estratégia de dar, ao menos simbolicamente, visibilidade à ação da censura.

Apesar da imposição de limites, o governo investiu expressivamente em tecnologia neste período, modernizando a comunicação. A lógica era integrar todo o país, reforçando seu papel centralizador. Destaca-se neste projeto a criação da Embratel, em 1965, cuja tecnologia vai permitir que a televisão finalmente se torne um veículo de comunicação de massa, ganhando um cunho mais profissional e elaborado com a entrada da *TV Globo* no mercado.

No período do chamado “milagre econômico” (1967-1973), quando a economia brasileira apresentou surpreendentes índices de crescimento, novos investimentos em comunicação modernizaram a maior parte dos jornais que permanecem no mercado até hoje, construindo novas sedes e trazendo para o Brasil equipamentos de última geração, além de incentivarem a formação e a consolidação das grandes redes de TV. Obviamente, através da iniciativa, o governo aumentou o controle exercido sobre a mídia.

Foi nessa época que nasceu o jornalismo econômico nos moldes que conhecemos hoje. Segundo Alzira de Abreu, a cobertura do desempenho das empresas, dentre outros diversos setores da economia, abrangendo ainda a análise de seus resultados, passou a ocupar as páginas da editoria, agradando tanto ao governo, satisfeito com a divulgação de seu triunfo na área, quanto aos empresários. O sucesso da editoria foi tamanho que desencadeou uma linha de veículos com este direcionamento, com destaque para a *Gazeta Mercantil*, de certa forma herdeiro de uma tradição que remonta ao *Jornal do Comércio*.

A essa altura, o investimento em publicidade, fenômeno que também se ampliou na grande reforma da década de 50, era, cada vez mais, uma das orientações principais tomadas pelos jornais. Sendo os militares os principais anunciantes, estabeleceu-se uma parceria entre o governo e as empresas jornalísticas. Abdicar de questões políticas e

transmitir uma informação impessoal e isenta passaram a ser condições de sobrevivência para os veículos e manutenção deste alinhamento, no entender de Alzira de Abreu.

Com o processo de abertura lenta e gradual proposto pelo governo Geisel, penúltima gestão presidencial da ditadura, a censura foi suspensa, mas a total liberdade de expressão ainda estava longe de ser recuperada pelos jornalistas. Com menos restrições, a imprensa passou a adotar o discurso da democracia, anistia e liberdade de expressão. E a desaceleração da economia reforçou o protesto da oposição, cuja voz anteriormente estava presente apenas na “imprensa alternativa”. No entanto, os comentários políticos cediam lugar às críticas, que ressaltavam a pobreza, o desemprego e a má distribuição de renda.

Com a revogação do AI-5, em 1978, os limites impostos aos jornais passaram a ser assegurados pela Lei de Segurança Nacional, que podia ainda estabelecer crimes de imprensa e conferir ao ministro da Justiça a função de suspender periódicos, caso necessário. Apesar de a Lei de Segurança Nacional ter sido abolida ainda no governo Figueiredo, foi apenas com a promulgação da Constituição de 1988 que a imprensa recuperou a plena liberdade de expressão.

Depois desse rápido balanço acerca do processo histórico da imprensa na década de 70, passemos agora a estudar a década de 80, período em que o desenvolvimento tecnológico continua contribuindo significativamente para modificações no setor de comunicação.

Como indicamos anteriormente, foram introduzidas novas técnicas de impressão e de registro audiovisual, acompanhados da informatização e de uma telecomunicação evoluída. Estes avanços vão representar um grande salto no processo de compilação, produção e transmissão da informação. Tantos investimentos, no entanto, apontavam para uma cultura que emergia com a nova década: o empreendedorismo presente nas empresas jornalísticas. A rentabilidade passou a ser a palavra de ordem. E ampliar o público consumidor, para aumentar a publicidade e, conseqüentemente, o lucro do jornal, que seria convertido em novos investimentos, tornara-se o ciclo vicioso que os veículos de comunicação insistiam em sustentar.

Os jornais estavam investindo sistematicamente em *marketing*. O conteúdo veiculado, cada vez mais, passa a ser um produto devidamente adequado ao seu público consumidor. E obedecendo às exigências mercadológicas, os próprios veículos passaram a

dispor de artifícios que lhes tornavam mais atraentes e vendáveis, como o uso de cores e o maior apelo a imagens, por exemplo. Também foram buscadas outras medidas em termos de linguagem: textos mais curtos, títulos sintéticos, colunas de notas curtas, recursos gráficos (mapas, quadros, tabelas). Ainda na tentativa de agradar o leitor/cliente, cadernos dirigidos a públicos específicos foram criados e a aproximação entre público e jornal se ampliou, através da sessão de cartas do leitor, reclamações e serviços. Até artifícios não jornalísticos foram usados, como a distribuição de brindes e sorteio de prêmios. Lembremos, obviamente, que tais expedientes já haviam sido usados anteriormente, como atesta Marialva Barbosa (1996). O que é notório nos anos 80/90 é o acirramento dessas estratégias mercadológicas.

Os critérios de seleção das reportagens passaram a depender dos resultados das pesquisas de mercado. Alguns jornalistas temiam que, na busca de se orientar pelas preferências do leitor, os jornais perdessem o controle de qualidade da informação, que poderia cair na vulgaridade, no mau gosto etc. Neste período, tem início uma relação de conflito entre jornalistas, que buscavam exercer sua criatividade, e os interesses comerciais dos empresários que não hesitavam em submeter a produção ao gosto do leitor (ROXO, 2003).

O processo de produção em si também sofreu mudanças. A informatização das redações permitiu e os interesses comerciais exigiram o aceleração da produção. Os jornalistas passaram a trabalhar com prazos rigorosos de entrega de material, que obedeciam à velocidade de distribuição dos exemplares (acordos com companhias aéreas e distribuidoras locais, por exemplo). O volume de trabalho dos repórteres aumentou. Responsáveis também pela diagramação e seleção de fotografias, em determinadas ocasiões eles são obrigados a fazer mais de uma matéria por edição.

A notícia, que deixou de ser uma manifestação político-ideológica para se tornar um bem comercializável, passou a ser enquadrada em classificações e a seguir critérios específicos de publicação. Jornalistas de diferentes empresas consultam as mesmas fontes, recebem os mesmos *press releases* (que, de certa maneira, determinam o controle da informação), lêem os periódicos concorrentes e se guiam por eles, estabelecendo, assim, uma concorrência acirrada, cuja conseqüência é a repetição das mesmas notícias em todos os jornais de mesmo público alvo.

Assim, a mudança no perfil das empresas jornalísticas exigiu uma nova postura por parte dos proprietários de jornais, que agora submetem suas decisões a opiniões de outros profissionais – economistas, administradores – que se preocupam com questões administrativas e comerciais. O jornalista, por sua vez, abandona a orientação puramente ideológica, como já foi mencionado, e se adapta a uma redação alinhada aos interesses mercadológicos.

Além disso, os profissionais da imprensa, oriundos das faculdades de jornalismo, trabalham para jornais que abriram mão de sua militância política, assumiram um papel menos opinativo e mais crítico e se diferenciam cada vez menos uns dos outros, obedecendo a uma padronização em parte imposta pelos manuais de redação.

Este contexto ajuda a cristalizar uma nova classificação de profissional, que vem sendo construída desde os anos 70. Trata-se do jornalista investigador, que através da metodologia de produção da matéria, em detrimento de sua temática, cria uma nova categoria de jornalismo: o jornalismo investigativo. De acordo com Márcio Castilho (2005), mais presente nos veículos impressos, em especial nas revistas semanais, o jornalismo investigativo passa a valorizar o esforço do repórter em buscar e desvendar a informação, possibilitando a exclusividade das matérias (ou o que se convencionou chamar de “furo”). Método de produção muito usado nas reportagens policiais, a investigação pela imprensa é caracterizada por, em geral, colocar o público a par de alguma má conduta de uma instituição importante, seja um governo corrupto ou uma falcatura de uma pessoa pública de grande visibilidade.

Uma vertente do jornalismo investigativo é o denunciamento, que, diferentemente, vai privilegiar o escândalo, o sensacional, a narrativa dramática. Caracteristicamente, a informação desta categoria visa uma repercussão fora do comum e, freqüentemente, ela sequer é embasada por evidências concretas. Sem dúvida, tal vertente do jornalismo é fundamental para pensarmos o caso “Mão Branca”, sobre o qual falaremos a seguir.

Portanto, no início dos anos 80, quando aparecerá a figura de Mão Branca nas principais manchetes dos jornais cariocas, no Rio de Janeiro, após o contínuo desaparecimento de diversos títulos de forte impacto e importância na história da imprensa carioca, como *O Correio da Manhã*, *A Tribuna da Imprensa* e a *Luta Democrática*, entre outros, são quatro os principais jornais que estão disputando a preferência dos leitores: a já

citada *A Última Hora*, *O Dia*, *Jornal do Brasil* e *O Globo*. Não exploraremos, aqui, exaustivamente as características de cada um desses jornais no período estudado, pois isso será objeto de nossa pesquisa em sua forma mais completa, mas somente ofereceremos algumas observações acerca dos mesmos para um melhor entendimento do que explicaremos a seguir.

A Última Hora é, no início dos anos 80, um periódico totalmente diferente daquele criado décadas antes por Samuel Wainer, com o intuito de apoiar Getúlio Vargas, por quem também será apoiada, e que será conhecido exatamente por seu papel no jogo político e por seu pioneirismo no campo das famosas reformas dos anos 50. No entanto, no início dos anos 80, trata-se de um jornal em crise, com substancial perda de público e anunciantes, voltado exatamente para as classes mais baixas em termos de estratificação sócio-econômica. Seu conteúdo, neste sentido, é predominantemente sensacionalista, com destaque para matérias policiais e *fait divers*, construídas em tom melodramático e com forte apelo popular, principalmente por carregar marcas da linguagem coloquial e da oralidade.

O Dia, sob o comando de Chagas Freitas, político de linha conservadora, vai, em parte, se enquadrar no mesmo modelo de jornalismo, batizado, pelo caráter do seu conteúdo, de “espreme que sai sangue”.⁵ A disputa dos dois jornais pelas manchetes sensacionais será uma das marcas mais reconhecidas do jornalismo carioca deste período. Ao mesmo tempo, o jornal se destacará como porta-voz das camadas desassistidas, o que, na interpretação de Antonio Serra (1986), funcionará como estratégia de manter-se, em termos de imagem, tanto aliado dos setores do público que pretende alcançar, quanto do governo e dos empresários, sendo enxergado como intermediário neste processo.

O Globo e o *Jornal do Brasil*, neste sentido, estariam disputando outras fatias de público, ligadas a uma classe média e média-alta do Rio de Janeiro. Assim, o conteúdo sensacionalista não apareceria de forma tão explícita - embora, como demonstre Maurício Duarte (2003), existam outros recursos para explorar as sensações no leitor para além das estratégias sensacionalistas diretas -, sendo nesses dois jornais mais fácil perceber as transformações formais e de conteúdo que descrevemos acima: uso progressivo de tecnologia, predomínio da economia como prato de resistência das edições, conflitos entre

⁵ Ver ANGRIMANI (1995) e SERRA (1986).

jornalistas e empresários etc. É nesses jornais, inclusive, que se pratica, de forma ostensiva e como recurso de auto-imagem, o chamado “jornalismo investigativo”, sobre o qual também falamos anteriormente.

2 – A construção de um “mito” na imprensa carioca: o caso “Mão Branca”

Quando o caso *Mão Branca* começa a ocupar as páginas dos jornais, inicialmente na *Última Hora* e depois em todos os listados acima, embora com intensidades, proporções e enfoques diferentes, como também demonstraremos em nosso relatório final, isso se transforma, no período estudado, em comoção pública. Mas quem seria *Mão Branca*? Trata-se de um “justiceiro” que assume a autoria de diversos “despachos de presuntos”, como ele mesmo define em suas diversas manifestações junto à imprensa, suas ações de “extermínio de bandidos”. As notícias acerca de suas ações envolveram uma extensa rede de jornalistas, policiais, bandidos, políticos, personalidades e pessoas comuns, se tornando pauta obrigatória nas conversas diárias dos leitores e de suítes (continuações das matérias) em outras publicações, como demonstraremos também em nossa pesquisa. Assim, acreditamos estar diante de um caso muito rico para análises das mais diversas acerca do fazer jornalístico, da construção de mitos pela imprensa e do contexto histórico desta imprensa no período citado

Primeiramente, porque “Mão Branca”, ao que tudo indica, é um personagem de ficção. Muitas são as versões que correm sobre sua “criação”, mas a mais recorrente aponta para o repórter policial Jorge Elias, que trabalhava na *Última Hora* no período e teria sido o “inventor” de tal personagem.⁶ Na verdade, Elias teria criado o personagem para que este assumisse a autoria de diversas mortes sem explicação que ocorriam no Rio de Janeiro e arredores, provavelmente causadas por grupos de extermínio que atuavam, predominantemente, na Baixada Fluminense. Mesmo com as variantes em termos de versão, há um entendimento generalizado, visível na própria imprensa da época (embora para alguns jornais, como *A Última Hora* e *O Dia*, isso praticamente não tenha sido problematizado), e mais ainda na visão dos entrevistados hoje,⁷ de que Mão Branca se trata

⁶ Outras versões serão exploradas em nosso trabalho final.

⁷ Já foram realizadas entrevistas com Paulo César Pereira, repórter policial que no período estudado cobria a Baixada Fluminense pelo jornal *O Globo*, e José Louzeiro, repórter policial que atuava na *Última Hora* no

de uma “invenção”, de uma “criação”, um “mito”, uma “brincadeira”, uma “ficção”, uma “estratégia para vender jornais”, dentre outras expressões recolhidas em nosso levantamento e no decorrer das entrevistas já realizadas.

Assim, o personagem que, pelo menos de janeiro a agosto de 1980, chamou a atenção de toda a imprensa carioca (além de outros periódicos nacionais e estrangeiros, que também compõem o nosso levantamento), sendo objeto diário de matérias feitas pelos jornais *O Dia* e especialmente *A Última Hora*, que em várias edições dedicou mais de uma página ao tema e muitas vezes utilizou-o como chamada de primeira página, foi na verdade uma criação do denunciamento encoberta pela outorga do chamado jornalismo investigativo. Esta é uma de nossas principais conclusões, que pretendemos apresentar em nosso trabalho final, mas que aqui já colocamos em pauta que levantar algumas outras hipóteses e reflexões.

“Mão Branca” é apresentado como um “justiceiro”, “matador”, “exterminador”, que atuaria na região da Baixada Fluminense. Como demonstra José Cláudio Alves (1998), a região é marcada, historicamente, por diversos processos de violência, dentre eles a ação dos grupos de extermínio, principalmente após o golpe militar e mais preponderantemente na década de 70. Neste sentido, uma das questões que estamos buscando pensar, ao final de nosso trabalho de pesquisa, é qual a relação possível entre a ficcionalização de um “exterminador” e a legitimação, via imprensa, da prática do extermínio.

Há todo um trabalho de enquadramento narrativo na apresentação de “Mão Branca” no jornal *A Última Hora*, que será nosso principal objeto de análise. Primeiramente, “Mão Branca” se manifesta através de ligações para a redação do jornal e para delegacias de polícia. Dessa forma, o personagem é apresentado, muitas vezes, via discurso direto, em que ele fala (e não é “falado” pelo repórter). Obviamente, trata-se de uma estratégia de legitimação da voz (embora todos saibamos que em todo discurso, como nos ensinaram Foucault, Bourdieu e Fairclough, dentre outros, o sujeito que fala é falado por diversas práticas ideológicas e hegemônicas com as quais ele tem que lidar) e também de isenção de responsabilidade. Mas é também uma estratégia de aproximação do leitor com o

período do caso “Mão Branca”, também autor de novela e escritor, que, dentre outros livros, publicou *Mito em Chamas. A Lenda do Justiceiro Mão Branca* (São Paulo, Moderna, 1997), baseado na história da criação do personagem “Mão Branca”. Estão programadas ainda outras entrevistas para montarmos o painel necessário para refletirmos melhores sobre o objeto de nossa pesquisa.

personagem, pois “Mão Branca” se expressa através de uma linguagem extremamente coloquial, muitas vezes marcada por figuras de linguagem, como eufemismos, metáforas, ironias, outras por referências religiosas. Além disso, em suas falas ele se posiciona explicitamente como “alguém do povo”, como um porta-voz das agruras da população, um benfeitor que age dessa forma para auxiliar a polícia e eliminar o mal.

Trata-se de uma composição clássica na narrativa ficcional: a disputa maniqueísta. A imagem que se constrói é a de um justiceiro anônimo, que se sacrifica em nome de ideais e que, como uma pessoa do povo, não suporta mais sofrer sem fazer nada. A *Última Hora* reforça tal imagem com cartas de leitores (que, segundo um de nossos entrevistados, em parte são inventadas, em parte são enviadas por leitores que eles acreditam fazer parte dos inúmeros grupos de extermínio que agiam no Rio de Janeiro, que enxergam na figura do “Mão Branca” uma imagem pública ideal para encobrir suas atividades) e através de enquetes com personalidades e pessoas comuns que falam o que pensam sobre “Mão Branca”, com evidente preferência pelas falas elogiosas.

Neste sentido, pelo que já apuramos, “Mão Branca” teria sido um sucesso de público, fazendo com que as vendas dos jornais, em especial do *Última Hora*, aumentassem muito. Assim, a criação de um mito, que passa a ser incorporado como verdade e legitimado através de matérias em vários jornais, não serve para suscitar discussões sobre o extermínio, mas para legitimá-lo, como também buscaremos demonstrar.

Segundo José Louzeiro, repórter policial que também trabalhava na *Última Hora* no início dos anos 80 e amigo pessoal de Jorge Elias, há um momento em que a criatura se volta contra o criador, já que diversos grupos de extermínio começam a utilizar a assinatura “Mão Branca” para suas práticas de assassinato. Quando o repórter e o jornal começam a perder o controle sobre a ficção, segundo Louzeiro (que afirma ser do conhecimento da chefia da redação todo o processo inventivo do repórter), e buscam abandonar o personagem, há uma reação negativa por parte desses grupos, que começam a ameaçar o repórter, como Louzeiro irá descrever em seu livro *Mito em Chamas*, baseado no caso.

Temos, então, uma série de elementos interessantes para pensar: trata-se de uma ficção, mas os crimes aconteciam de fato, os cadáveres imputados à “Mão Branca” estavam, de fato, nos locais apontados pela “misteriosa voz” em suas ligações para o jornal e para a polícia. Neste sentido, há uma série de atores sociais que precisam ser pensados

neste contexto, como os repórteres, fotógrafos e editores dos jornais; grupos de extermínio; policiais; políticos; personalidades e pessoas comuns depoentes; receptores desses jornais. O que nos propomos, e aqui apresentamos como leque de idéias e convite à reflexão conjunta, é pensar como os domínios da narrativa ficcional e jornalística podem se cruzar. Ou, pensando no livro produzido por Louzeiro (que confessa ter também ficcionalizado a narrativa, envolvendo elementos que não fazem parte do caso ocorrido com o repórter da *Última Hora*), como tais narrativas se misturam novamente, em mão inversa. Por fim, como esse ir e vir entre a narrativa ficcional e a jornalística se envolve com os protocolos de leitura do público receptor, permitindo que o fluxo do sensacional não se interrompa e se mantenha contínuo. Sobre esse último ponto, falaremos no último item desse trabalho.

3 – Pensando o leitor através das marcas da narrativa

Compartilhamos com diversos autores de que é possível realizar estudos de recepção através da percepção de que as marcas dos leitores estão presentes nos textos antes mesmo de serem lidos. Assim, acreditamos que é possível, pela análise do caso ‘Mãe Branca’, para além de refletirmos sobre o fazer jornalístico e sua prática narrativa, pensar também o envolvimento do leitor nesse processo, através da construção de protocolos de leitura que permeiam toda produção discursiva.

Essa concepção privilegia o processo e não as rupturas, apontando para a tríplice mimese de que fala Paul Ricoeur (1984), movimentos de prefiguração, configuração e refiguração, em que o passado, presente e futuro são todos, em um certo sentido, medidas de um único presente, o da configuração da narrativa. Assim, os discursos são pensados como fluxo, como fronteiras que se movem e não são estáticas, que dependem dos contextos e da dimensão processual para conferir sentido.

É no campo do discurso, como indica M. Bakhtin (1987), dentre outros, que o signo trava suas batalhas ideológicas, que os sujeitos colocam em campo suas disputas hegemônicas e contra-hegemônicas. Neste sentido, a prática discursiva torna-se referência fundamental tanto para pensar a luta de classes quanto as disputas pela construção das identidades individuais e sociais. No campo discursivo, temos a arena mais aberta da disputa pelo direito de significar.

Assim, se quisermos analisar de que forma os jornais, como produtos da comunicação de massa, são fundamentais na construção de memórias e identidades sociais na sociedade contemporânea, temos de entender como são construídas suas práticas discursivas. A idéia é pensar como, através da apropriação de um real já fragmentado, é possível construir uma visão, ainda que parcial, capaz de ser confundida com o próprio real. É atributo do discurso jornalístico contemporâneo se postular o papel de remissor da verdade, testemunha do fato. No entanto, o que vemos é uma apropriação deste real através de estratégias enunciativas, tanto verbais como não-verbais. Os discursos são formulados não só a partir do sujeito que fala, mas também na interação com o sujeito que recebe ou que se supõe que receberá.

Esta concepção remete à *polifonia*, associada ao *dialogismo* de que fala M. Bakhtin. As teorias multiculturalistas têm apontado para a mesma relação. Imaginar o discurso como dotado de um sentido único e portador de uma única voz é não concebê-lo como produto social, como *ação social*, no sentido clássico proposto por Max Weber. Embora com diferentes perspectivas, as teorias do discurso de forma geral apontam para o caráter de construção social de todo discurso, sem esquecer os da mídia. Essas apropriações do real não são condutoras de significados por elas mesmas. São sistemas repletos de representações simbólicas que dependem, para sua interpretação, tanto do trabalho de ourives do produtor no sentido de codificá-la adequadamente, como das condições do receptor para interpretá-las. A interpretação, de certa forma, é o que dá sentido ao discurso, tanto quanto sua produção. Evidentemente, por se tratar de uma construção *dialógica*, em grande medida o discurso se ancora no real, na própria experiência dos receptores, o que direciona sua interpretação para os caminhos definidos pelo produtor da mensagem. Os imaginários sociais são construídos também porque há um processo dialético entre os emissores e os receptores.

Não podemos imaginar nem que os produtores do discurso tenham o poder soberano de produzir mensagens fechadas, que serão decodificadas de maneira uniforme por todos os receptores, nem que tais discursos não se ancorem em pressupostos comuns, muitas vezes de base ideológica, capazes de conduzir a interpretação. No entanto, não podemos perder de vista de que é nas relações de fronteira, nas situações de interação, que os discursos sociais são construídos e apropriados. Sem dúvida, as *identidades* sociais são forjadas, em larga

medida, a partir dos discursos sociais, e a mídia desempenha papel central neste processo. No entanto, as apropriações desses discursos são múltiplas, o que resulta, obviamente, em processos de identificação também múltiplos.

Assim, as categorias da memória e da identidade, intrinsecamente relacionadas dentro dos processos sociais contemporâneos, não podem ser tomadas separadamente ou de forma estática. Devem ser pensadas dentro de fluxos comunicacionais, como uma tessitura permanente realizada por agentes e agências, que constituem redes de interação social. Os diversos agentes envolvidos na produção das identidades sociais são sujeitos posicionados, que possuem suas demandas dadas pelas condições do presente. As memórias são narrativas sociais, práticas discursivas, empreendidas na tríplice mimese proposta por Paul Ricouer. São tecidas nas arenas de disputas por saber e poder, são objeto de razão e paixão, são fronteiras móveis que servem ao presente, quando reelaboram o passado, mas também ao futuro, quando projetam o devir. São objeto de estratégias e táticas, as quais pretendemos investigar.

Assim, nossa pesquisa se propõe pensar não somente as estratégias de produção de significados no caso “Mão Branca”, mas investigar também como tal construção narrativa é prefigurada dentro de um fluxo do sensacional, em que as práticas de leitura também são levadas em consideração. Dessa forma, acreditamos que nossa investigação, para além de permitir uma reflexão, como apontamos acima, sobre as práticas e as narrativas do jornalismo, nos permitirá perceber como se processa o fluxo comunicacional entre emissores e receptores, evitando uma apropriação reducionista ou preconceituosa acerca de atuação da mídia e dos receptores dentro desse fluxo.

Bibliografia:

ABREU, Alzira Alves de. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

ALVES, José Cláudio Souza. *Baixada Fluminense: a violência na construção do poder*. São Paulo, tese de Doutorado em Sociologia, USP, 1998.

ANGRIMANI, Danilo. *Espreme que sai sangue. Um estudo do sensacionalismo na imprensa*. São Paulo, Summus, 1995

BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo, Hucitec, 1987.

BARBOSA, Marialva. *Imprensa, poder e público*. Niterói, tese de Doutorado em História, UFF, 1996.

CASTILHO, Márcio de Souza. *Uma morte em Família. Martirio e autoridade nos 100 dias de cobertura do caso Tim Lopes em O Globo*. Dissertação de Mestrado em Comunicação. Niterói, PPGCOM/UFF, 2005.

DUARTE, Maurício. *Cidadania obstruída. Jornais cariocas e a construção discursiva da violência no Rio*. Tese de Doutorado em Comunicação pela ECO/UFRJ, 2003.

ENNE, Ana Lucia S. "A Imprensa e a Baixada Fluminense: imaginário da Baixada na mídia". Texto apresentado em palestra na Biblioteca Comunitária Oscar Romero em Mesquita/RJ, nov./03.

ENNE, Ana Lucia. "*Lugar, meu amigo, é minha Baixada: memória, representação e identidade social*". Tese de Doutorado em Antropologia Social. Rio de Janeiro, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2002.

LOUZEIRO, José. *Mito em Chamas. A Lenda do Justiceiro Mão Branca* (São Paulo, Moderna, 1997)

RIBEIRO, Ana Paula G. *Imprensa e História do Rio de Janeiro dos anos 50*. Rio de Janeiro, tese de Doutorado em Comunicação/UFRJ, 2000.

RICOEUR, Paul. RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Campinas, Papyrus, 1984.

ROXO, Marco. *Companheiros em luta: a greve de jornalistas de 1979*. Dissertação de Mestrado em Comunicação Niterói, PPGCOM/UFF, 2003.

SERRA, Antônio. *O Desvio Nosso de Cada Dia. A representação do cotidiano num jornal popular*. Rio de Janeiro, Dois Pontos, 1986.